

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA

Parecer n. 02 /2017/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Minuta de Resolução sobre os procedimentos para a atualização do Preço Público Unitário – PPU

1. Histórico

- 1.1.** Durante a análise da minuta de resolução que dispunha sobre a metodologia de cobrança proposta pelo CBH-Paranaíba, na 94ª Reunião da CTCOB, em setembro de 2016, teve início a discussão sobre procedimentos de atualização dos PPUs (preços unitários), em função dos subsídios da Nota Técnica nº 4/2016/CSCOB/SAS sugerirem ao CNRH “definir critérios e procedimentos de correção dos preços unitários para reduzir eventuais prejuízos decorrentes da desvalorização da moeda”. O que foi aprovado pela CTCOB e encaminhado à CTIL para aquela bacia.
- 1.2.** O encaminhamento da CTIL para o Plenário do CNRH, sobre a proposta da CTCOB, foi contrário à inclusão de índice de reajuste para o caso específico daquela bacia, opinando que “o mais apropriado seria discutir o tema no CNRH para, se for o caso, propor uma norma geral para todos os comitês”. Reconhecidos o mérito da questão e a necessidade de conservação dos PPUs sugeridos pelos CBHs e definidos pelo CNRH, o Plenário solicitou o retorno da matéria à CTCOB para a elaboração de regramento sobre procedimento de atualização de valores dos PPUs.

2. Síntese das Discussões Técnicas

- 2.1.** Após a orientação do Plenário, o assunto sobre procedimentos de atualização dos PPUs voltou a ser discutido na 95ª reunião, em março de 2017. Por solicitação da Secretaria Executiva do CNRH, a ANA realizou apresentação com reflexões quanto à necessidade de atualização dos PPUs, e, após debates, a CTCOB solicitou à ANA elaborar parecer jurídico sobre a matéria e uma minuta de resolução.
- 2.2.** Durante a 96ª Reunião, em maio de 2017, os documentos encaminhados pela ANA foram analisados pela CTCOB, que, após debate, procedeu a votação quanto ao mérito da matéria, apurando-se 11 votos favoráveis (MFazenda; MMA; ANA; MME; CERH/PB; CERH/RJ; Concessionárias de Energia; CBHs; Consórcios, OTEP; ONG) e 4 votos contrários (Irrigantes; Saneamento, Turismo; Indústria). Com isto, passou-se a ajustes a minuta de resolução, gerando a versão do documento que acompanha este Parecer. A proposta visa estabelecer procedimentos para a atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, evitando prejuízos quanto ao alcance dos objetivos da cobrança e também quanto ao funcionamento da agência de água. Pela proposta, a partir do exercício 2018 os PPUs serão atualizados anualmente. Os CBHs terão prazo de um ano para sugerirem ao CNRH mecanismos e quantitativos que compatibilizem as perdas anteriores, e, em não realizando referida sugestão, no exercício 2019 considerar-se-á a atualização desde o mês de aprovação da cobrança pelo CNRH para a bacia.
- 2.3.** A pedido, registra-se a posição da representação dos CBHs na 96ª reunião CTCOB:
“Informamos que, conforme sua solicitação, o assunto “conservação dos valores reais dos PPUs” foi objeto de análise pelo colegiado coordenador do FNCBH, na reunião do dia 16/5/17.
Após longo e proveitoso debate, o colegiado se manifestou favorável a elaboração de proposta de resolução do CNRH que

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA

vise a conservação dos valores reais dos preços unitários cobrador pelo uso de recursos hídricos de domínio da união. Aproveitamos a oportunidade para reforçar que o FNCBH prima pela manutenção da autonomia dos comitês em estipular os valores de PPU e a metodologia de cobrança pelo uso da água a ser aplicada em sua área de atuação. E, entende que a presente iniciativa não afeta a autonomia dos comitês. O FNCBH considera que a iniciativa da conservação dos valores reais dos PPUs deva ser replicada e debatida pelos Conselhos Estaduais bem como, a cobrança pelo uso da água deva ser implantada em todas as regiões hidrográficas. Neste sentido, sugere que o CNRH estimule o debate sobre os temas nos Comitês federais e estaduais. Agradecemos a sua consulta e valiosa representação dos comitês junto à CTCOB”

2. Conclusão

- 2.1.** Conclui-se que há a necessidade de se definir procedimentos para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União capazes de reduzir eventuais prejuízos decorrentes da desvalorização da moeda sobre os objetivos da cobrança
- 2.2.** Desta forma, a Câmara recomenda a aprovação, pelo Plenário do CNRH, da minuta anexa de Resolução, após análise pela CTIL.

Este é o parecer,

Em, 14 de agosto de 2017.


LIVIA SOALHEIRO ROMANO
Presidente da CTCOB